

A eleição para a presidência da Câmara



Por **LUIS FELIPE MIGUEL***

É nas ruas, não nos conchavos de gabinete, que devemos depositar nossos esforços. É à luz dos reflexos nela que a eleição para a presidência da Câmara deve ser pensada

Entendo que seja difícil apoiar o candidato de Rodrigo Maia para a presidência da Câmara dos Deputados. E não ajuda nada dourar a pílula dizendo que ele é um “democrata” ou algo assim. Não é. Ele é um golpista a serviço da pauta regressiva do grande capital. Baleia Rossi, seu possível candidato, tem uma longa folha corrida de desserviços ao país.

Isso tem que ser reconhecido, com total clareza. Ainda assim, acho que a participação no bloco é necessária. A “esquerda” – PSOL, PT, PCdoB, PDT e PSB – teria 132 votos (em 513) na eleição para a presidência da Câmara. Insuficiente para vencer, mas suficiente para levar a eleição para o segundo turno.

Seria melhor então ter lançado uma candidatura própria e negociado apoio só no segundo turno? Eu também pensava assim, mas há fatores a serem considerados – além de que esse trem já passou.

A votação é individual e secreta. A presença de um candidato próprio da “esquerda”, sem chances de vitória, estimularia defeções de deputados de PSB, PDT, PCdoB e até PT, que já estavam barganhando com o grupo de Maia e mesmo com Arthur Lira, o candidato de Bolsonaro. Melhor, portanto, garantir unidade e negociar com mais força.

Além disso, marcar posição na eleição para a presidência da Câmara só fala para os iniciados. Não tem grande repercussão política para além do círculo dos já altamente politizados. Uma negociação feita às claras, que não apague ou minimize as muitas e profundas diferenças que separam a esquerda de Maia, é mais politizadora do que simplesmente marcar posição.

Não se espere também obter de Baleia Rossi o compromisso de pautar o impeachment ou de abrir mão da agenda neoliberal. É ilusório. Mas é possível garantir que os principais ataques às liberdades liberais não serão pautados – como a licença para a polícia matar (“excludente de ilicitude”) ou a mordada nas instituições de ensino (“escola sem partido”).

A linha divisória na coalizão golpista, entre os que se alinham a Bolsonaro e os que querem marcar distância dele, não está no respeito à democracia, que nenhum dos lados tem. Está no quanto os direitos e liberdades liberais são ou não são preservados.

Há um setor da esquerda para o qual detonar o liberalismo é a prova máxima de radicalidade, então essa diferença se torna irrelevante. No entanto, esses direitos e liberdades (expressão, manifestação, organização, devido processo legal etc.) fazem toda a diferença nas condições em que se trava a luta popular.

Porque é nela – nas ruas, não nos conchavos de gabinete – que devemos depositar nossos esforços. É à luz dos reflexos nela que a eleição para a presidência da Câmara deve ser pensada.

Não é como apoiar um candidato presidencial “de frente ampla” e silenciar o discurso da esquerda. É o contrário. É buscar impedir que se deteriore ainda mais as condições para que o debate público acolha o discurso da esquerda.

Com habilidade, também é possível arrancar o compromisso de que a pauta de Guedes não será imposta goela abaixo do Congresso. A presença de parlamentares de esquerda na mesa diretora e à frente de comissões é importante com vistas a esse objetivo. A presença no bloco é para garantir isso também.

Por fim, uma derrota de Bolsonaro, que está priorizando fortemente a eleição na Câmara, está longe de ser desimportante.

Ela reduz o poder de cooptação da presidência sobre os deputados. E agudiza a disputa interna na direita, entre o bolsonarismo, João Dória e o eixo DEM-MDB que Maia capitaneia.

É bonito? Não é, não. Mas a política não é recomendada para quem tem estômago fraco. Nunca foi.

***Luis Felipe Miguel** é professor do Instituto de Ciência Política da UnB. Autor, entre outros livros, de *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória (Boitempo)*.

A Terra é Redonda